

Revista O Social em Questão (nº 61/janeiro de 2025)

Ações Afirmativas para além das cotas

Organizadoras: Andréia Clapp Salvador (PUC-RIO), Gracyelle Costa Ferreira (UFRJ) e Magali da Silva Almeida (UFBA)

Nos últimos anos, as ações afirmativas produziram mudanças significativas na sociedade brasileira, o que se deve especialmente a alguns elementos que foram decisivos, tais como: a atuação dos Movimentos Negros, de Mulheres Negras e das Organizações de Mulheres; a marcha à Brasília de celebração dos trezentos anos de Zumbi (1995); o Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo, realizado em 1996, na UNB; a Conferência Mundial de Durban contra o racismo em 2001; a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003, e do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.28/2010) e outras diversas organizações de luta pelo direito dos grupos em condição histórica de desigualdade social. Foi a partir dessas e outras formas de mobilização que pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência (PcD), LGBTQIA+, mulheres e outros grupos desiguais passaram a ocupar, via ações afirmativas, o ensino superior (público, privado e comunitário), setores do mundo do trabalho e da vida pública em geral.

No entanto, as repercussões das ações afirmativas têm sido para além da reserva de vagas, ou seja, das cotas em si. No caso das universidades, a amplitude desse movimento se revela atualmente em grupos de pesquisa e estudos, Núcleo de estudos Afro-brasileiro (NEABs) e Núcleo de estudos Afro-brasileiro e indígenas (NEABIs), Coletivos (de estudantes, docentes e servidores/as), propostas de alterações curriculares em programas de graduação e pós-graduação, elaboração de editais de instituições de fomento, assim como a implementação de Comissões de Heteroidentificação e de Acessibilidade para PcD e a formulação de diferentes políticas de combate ao racismo institucional.

Tais repercussões reverberam também em distintas políticas públicas (Saúde, Assistência Social, Cultura, Justiça, Habitação, de acesso à terra e outras que ainda se apresentam como desafios. A amplitude desse movimento se revela também em outras esferas nas quais as ações afirmativas estão presentes, como na política partidária, com a criação de bancadas femininas, de bancadas negras, pressão coletiva para ampliação de legislações que visam à reparação e às oportunidades equânimes, dentre outras medidas. Um processo que tem sido cada vez mais capilarizado e protagonizado pelos(as) próprios(as) sujeitos(as) (individuais e coletivos(as)) envolvidos(as), mas não sem conflitos e dificuldades no combate ao racismo, sexismo, capacitismo, elitismo e LGBTQIA+ fobia. Preconceitos esses que ainda persistem.

Esta chamada busca identificar pesquisas que ultrapassem a concepção acerca de ações afirmativas restritas à reserva de vagas e que capturem como essa política pública hoje tem produzido alterações no âmbito das instituições, movimentos sociais e na sociedade em geral. É importante notar que essas mudanças acontecem em contexto neoliberal, de restrições orçamentárias impostas pela disputa cada vez mais desigual em torno do fundo público.

Os artigos devem ser submetidos à apreciação do Conselho Editorial apenas por meio eletrônico, **até o dia 15 de junho de 2024**, por meio do site OJS da revista O Social em Questão:

http://www.periodicosmaxwell.vrac.puc-rio.br/index.php/rev_OQS/login?source=%2Findex.php%2Frev_OQS%2Fauthor%2Fsubmit%2F1